Teste Final de Direito

12.º Ano | Direito | 24 valores

Instruções: Responde a todas as questões. Duração: 90 minutos. As cotações estão indicadas em cada questão. Cobre os seis organizadores.

1. Verdadeiro ou Falso (2 val)

a) O direito subjetivo é a faculdade reconhecida a uma pessoa. → ____

b) O Estado tem três elementos: comunidade, território e poder político. → ____

c) A receção automática dispensa ato de transposição do Direito da UE. → ____

d) A fiança é uma garantia real. → ____

2. Completar (2 val)

a) Valores fundamentais: justiça, _____ e _____.

b) Órgãos de soberania: Presidente da República, _____, Governo e Tribunais.

c) Fontes do DIP: tratados, _____ internacional e princípios gerais.

d) Elementos da relação jurídica: sujeitos, objeto, _____ jurídico e _____.

3. Escolha múltipla (marca a opção correta) (2 val)

a) A 2.ª geração dos DH abrange: 1) civis e políticos · 2) económicos e sociais · 3) ambiente → ____

b) O direito derivado da UE é: 1) os Tratados · 2) regulamentos, diretivas e decisões · 3) a jurisprudência → ____

c) O notário: 1) julga · 2) autentica atos com fé pública · 3) faz o registo → ____

4. Liga cada noção à definição (2 val)

a) Estado de Direito ___ b) Vacatio legis ___ c) Capacidade de gozo ___ d) Parajurídica ___

1) Aptidão para ser titular de direitos 2) Supremacia da lei e independência dos tribunais 3) Profissão pública sem o Direito como ofício 4) Intervalo antes da entrada em vigor

© 2026 Estudantices

5. Resposta curta (2 val)

a) Distingue direito objetivo de direito subjetivo com um exemplo cada.

b) Explica a diferença entre poder político e soberania.

6. Classifica a profissão: J jurídica · PJ parajurídica (2 val)

a) Advogado ___ b) Deputado ___ c) Conservador ___ d) Autarca ___

7. Resposta curta (2 val)

a) Como evoluiu do Estado de Direito para o Estado Social de Direito?

b) Que diferenças há entre a 1.ª e a 3.ª geração dos Direitos Humanos?

8. Classifica a garantia: R real · P pessoal (2 val)

a) Fiança ___ b) Hipoteca ___ c) Penhor ___ d) Direito de retenção ___

9. Resposta curta (2 val)

a) Distingue revogação de caducidade.

b) Qual é a ordem da hierarquia das normas?

10. Analisa a situação (2 val)

a) Duas normas colidem: uma lei da Assembleia e um decreto-lei. Qual prevalece e porquê?

b) E se a lei for inconstitucional?

11. Resposta curta (2 val)

a) Porque é que a jurisprudência importa num sistema onde a lei manda?

b) Que deveres exigem-se às profissões jurídicas?

12. Desenvolvimento escrito (2 val)

Em cinco a oito linhas, analisa um acidente de viação com danos: ordens normativas em presença, relação jurídica e garantias em causa.

© 2026 Estudantices

Soluções

1. a) T · b) T · c) T · d) F — a fiança é garantia pessoal

2. a) segurança; equidade · b) Assembleia da República · c) costume · d) facto; garantia

3. a) 2 · b) 2 · c) 2

4. a)-2 · b)-4 · c)-1 · d)-3

5. a) Objetivo = o conjunto das normas vigentes (ex.: o Código da Estrada); subjetivo = a faculdade de alguém (ex.: direito de propriedade). b) O poder político é a capacidade concreta de mandar; a soberania é esse poder no grau supremo — supremacia interior e independência exterior.

6. a) J (advogado) · b) PJ (deputado) · c) J (conservador) · d) PJ (autarca)

7. a) O Estado de Direito subordina todo o poder à lei e às garantias; o Estado Social de Direito acrescenta a intervenção ativa do Estado no desenvolvimento económico e social e na satisfação de necessidades coletivas. b) A 1.ª assegura liberdades e participação (civis e políticos); a 3.ª é de solidariedade — bens comuns como ambiente e paz, com dimensão coletiva que vai além do indivíduo.

8. a) P · b) R · c) R · d) R

9. a) A revogação depende da vontade do legislador; a caducidade opera por força do próprio texto (decurso do prazo). b) Constituição → leis ordinárias → regulamentos → despachos.

10. a) Prevalece a lei da Assembleia: em sentido formal, a lei ordinária tem hierarquia superior ao regulamento (ato do Governo). b) Uma lei inconstitucional não vale — é afastada pelo tribunal com competência para o efeito, por violar a norma suprema.

11. a) Porque a lei é geral e o caso é concreto: a prática reiterada dos tribunais unifica a aplicação, torna-a previsível e prepara eventual correção legislativa. b) Legalidade, serviço do interesse público, sigilo e deontologia onde aplicável, e responsabilidade pela função.

12. (Resposta pessoal, com apoio) Convivem duas ordens: o Direito Público, porque a circulação e as sanções são matéria de segurança e de autoridade (Código da Estrada, responsabilidade administrativa), e o Direito Privado, porque os danos entre particulares se resolvem em termos de responsabilidade e reparação entre sujeitos em igualdade. A relação jurídica do acidente tem sujeitos (vitimado e responsável, e o segurador), objeto (a reparação dos danos), facto jurídico (o acidente e os atos que dele resultam) e garantias (seguro é obrigatório; podem somar-se garantias pessoais ou reais na execução). A resposta completa exigiria ainda o exame concreto dos danos e a prova de cada elemento.

© 2026 Estudantices